

Outro conjunto de actividades de importância regional (mas de repercussão nacional e mesmo internacional) diz respeito ao Projecto de Educação de Adultos em fase de realização com o apoio do Governo Sueco por intermédio da SIDA (Swedish ...).

Outras formas de serviço estão sendo gizadas e planeadas para uma dimensão apreciável mas por ora limitam-se ainda a contribuições pontuais. Citam-se a título de exemplo

- . Estudos de ecologia e ambiente em áreas específicas da região
- . Apoio laboratorial à indústria e serviços de menor porte
- . Levantamentos sociológicos
- . Cursos livres de divulgação

a par de um número vasto de conferências, Colóquios, Seminários e, em breve, o primeiro Congresso (de engenharia).

Tem-se caminhado mais devagar do que tudo e todos desejariam mas... face à juventude da Instituição e à magnitude e diversidade de problemas a resolver e de infraestruturas a soerguer e perante a desmultiplicação a que os docentes da UM são chamados, há quem entenda que se tem ido ... longe demais !

1.6 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTO MATERIAL

As actuais instalações da UM são de carácter provisório na medida em que já está em curso o processo "instalações definitivas". Este carácter de provisoriedade explica assim de certo modo a actual dispersão de instalações. A UM ocupou o que pôde e onde pôde procurando sempre a que as actuais instalações fossem mais tarde recuperáveis para outros fins no âmbito da Universidade.

Assim, nalguns dos actuais edifícios onde funcionam aulas e gabinetes sediar-se-ão provavelmente no futuro algumas das actividades de serviço à Comunidade, outras instalações como os Pavilhões (desmontáveis) transitarão em princípio para o "Campus" definitivo para albergar oficinas gerais, armazém, etc.

O actual edificio da Reitoria e Administração Central no Largo do Paço será ocupado com a expansão da Biblioteca Pública e Arquivo Histórico com o qual comunica. E, finalmente, o Palácio Vila-Flor em Guimarães será a futura sede da Câmara Municipal de Guimarães.

Resumindo,

EDIFÍCIO	FUNÇÃO	EQUIPAMENTO ASPECTOS	MAIS SIGNIFICATIVO
LARGO DO PAÇO	Reitoria Administração Secretaria Biblioteca Pública Arquivo Histórico	-Arquitectura Geral -Reprografia	
D. PEDRO V	Complexo Pedagógico Gabinetes Computação Electrónica (oficina)	-Computador Oficina electrónica	
ABADE LOUREIRA	Gabinetes Biblioteca apoio es tudantes Micro-ensino	Lab. micro ensino	
PAVILHÕES			
RODOVIA	Gabinetes Lab. Quím, Lab. Física Oficinas Gerais Sala Desenho	Labs. Química Labs. Física Meios audiovisuais Equipamento oficial Sala Desenho	
AFONSO HENRIQUES	Apoio médico Residência		
BISCAINHOS	Campo Arqueológico	Salas de recuperação	
BRACARA AUGUSTA			
NOGUEIRA DA SILVA			
VILA-FLOR	Gabinetes Labs. Textil Labs. Metalom, Labs. Metalurgia Salas de aula	LABS. JARDINS	

1.8 POPULAÇÃO DA UM

ALUNOS

Matriculados (Total)

Estudantes trabalhadores:

Cursos de Engenharia:

Cursos de Formação de Professores:

Cursos de Línguas Vivas e Relações Internacionais:

DOCENTES

Total:

Doutorados:

Bolseiros:

PESSOAL NÃO-DOCENTE

Total:

2. DESENVOLVIMENTO DA UM

2.1 FACTORES E SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO

Diversos factores têm condicionado ou catalizado o desenvolvimento do Ensino em geral e das Universidades em particular. Historicamente é possível visualizar cinco grupos fundamentais de factores que, em última análise, correspondem a outras tantas formas de pressão:-

FACTOR A : Procura Social da Educação (Pressão Social)

FACTOR B : Procura de Mão-de-Obra (Pressão Económica)

FACTOR C : Comparação de Padrões Internacionais (Pressão Internacional)

FACTOR D : Optimização das razões Custos/Benefícios (Pressão Orçamental)

FACTOR E : Vocaçãõ intrínseca da Escola (Pressão Interna)

Na década de 60 os factores A, C e E tiveram grande relevância não só em Portugal como na maioria dos países da OCDE e exemplo disso foi o célebre Plano do Mediterrâneo que traçou os contornos da explosão discente então verificada.

Em 1977 a situação na vasta maioria dos mesmos países da OCDE é porém drásticamente diferente, fruto da diminuição brusca das taxas de crescimento económico e da subida acentuada dos níveis de desemprego e da inflação. Como consequência os orçamentos da Educação estabilizaram ou diminuíram em termos reais e houve que encarar desde logo o Factor D (Pressão Orçamental) como um dos primeiros constrangimentos ao desenvolvimento do Ensino Superior.

Por outro lado, a procura de mão-de obra qualificada não só diminuiu em termos relativos como diversificou os perfis de formação a zonas de menos tradição, a maior parte delas de ênfase interdisciplinar. Passa-se assim a uma crescente influência dos factores B e D, mantendo-se, ainda, como motivação importante os factores tipo C envolvendo orientações plurinacionais,

A tradução do quadro conjuntual da OCDE em Portugal é estimável através das directivas implícitas e explícitas contidas nos diversos documentos e opiniões e determinações dos responsáveis governativos, donde ressalta uma resposta selectiva aos factores A e B. (Introdução de "numerus clausus" a par da regionalização e diversificação do Ensino Superior) e um forte pendôr de resposta aos factores C e D fruto por um lado das dificuldades económicas do país e por outro lado das metas do médio prazo referentes entre outras à integração na CEE a justificar uma preponderância muito significativa do factor C,

Nesta base, e por comparação dos números nacionais com as médias obtidas para virtualmente a totalidade dos países europeus é possível extrair conclusões gerais que muito naturalmente se confundirão com as tendências desenvolvimentistas nacionais já que em regra os nossos números comparam desfavoravelmente com as médias europeias.

Da tendência nacional pode seguidamente passar-se à incidência regional e em especial na área de influência da UM,

Para este efeito um dos dados mais significativo será a taxa de captação do ensino superior relativamente à população em geral, ou a um grupo etário em particular. Para o ensino superior a experiência mostra que as análises referentes ao grupo etário dos 20-24 anos apresenta uma correlação linear nítida com a situação no ensino superior. As médias europeias (29 países) relativas à percentagem de estudantes no grupo etário dos 20-24 anos apresenta a seguinte evolução:

	ANO 1960	1965	1971
<u>Estudantes</u> (20-24 anos)	8,6%	16,3%	17,8%
População			

Em Portugal os dados de que se dispõe mostram as seguintes evoluções

	ANO	1965	1970	1975
<u>Estudantes</u> (20-24) %				
População		4%	6,5%	9%

Significam estes números que se quisermos em 1985 estar ao nível das médias europeias de 1965 haverá que dimensionar o Ensino Superior em Portugal para cerca de 125 000 alunos.

Estes dados são aliás corroborados pela comparação de índices de captação do Ensino Superior relativamente ao volume total da população, como se mostra no quadro abaixo:

P A I S	% População no Ensino Superior (1972)
Espanha	1
Grécia	1
Jugoslávia	1.3
Turquia	0.5
MEDIA EUROPEIA	1.8
PORTUGAL	0.7

Partindo do panorama nacional para o regional interessa analisar em primeiro lugar a distribuição demográfica nas regiões plano envolventes da UM

ZONA	% População (relativam/ao lado nacional)	Valores absolutos população (1980* estim.) - milhares
Norte	32	2 650
Litoral Norte		2 300
Porto	16.2	1 400
Braga	7.2	680
V.Castelo	3.1	220
V.Real	3.3	210
Bragança	2.2	130

Pode deste modo dizer-se que partindo da hipótese que a zona de influên-

cia da UM se centra no distrito de Braga e capta parte dos restantes distritos, que a população "coberta" pela UM será da ordem de 1 milhão de habitantes.

Entrando agora com os índices-objectivo atrás referidos, concluir-se-á que a zona da UM tende a ter uma procura de ensino superior da ordem dos 16 mil alunos quando as taxas de captação forem semelhantes às medias europeias de 1965.

É evidente que não são os condicionalismos económicos do país tenderão a "suster" tal procura, como por outro lado nem todos os estudantes potenciais procurarão a UM. Desta sorte e atendendo a alguns dados estatísticos já elaborados na UM, pode prever-se que pelo menos cerca de 50% dos estudantes potenciais tenderão a procurar a UM pelo que será expectável e realista prever para 1985 volumes de procura da ordem dos 2 000 alunos/ano.

Perante esta situação cabe perguntar qual a capacidade de resposta da UM. A ela se refere, precisamente, o ponto seguinte

2.2 CAPACIDADE DE EXPANSÃO

2.2.1 INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

A capacidade máxima das actuais instalações provisórias é de cerca de 2 500 alunos ou 15 cursos. Significam estes números que nestas instalações a UM só poderá desenvolver mais 3 cursos que os actualmente oferecidos.

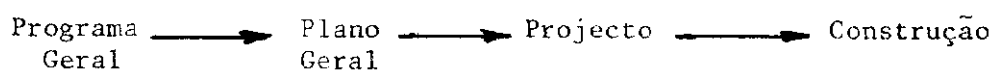
Este primeiro factor limitativo é acrescentado pelo número máximo de estudantes - 2 500 - comportáveis pelas instalações provisórias e que serão atingidos em 1982.

Deste modo, o menos que a partir dessa data se disponham de mais instalações a UM tenderá a cristalizar o seu natural desenvolvimento.

Perante este quadro decidiu a CIUM em 1977 arrancar com o processo "INSTALAÇÕES DEFINITIVAS" cujo panorama se refere brevemente de seguida

2.2.2 INSTALAÇÕES DEFINITIVAS

O caminho tradicionalmente seguido em países desenvolvidos para o lançamento de novas instalações universitárias e adoptado na UM consiste numa sequência de passos envolvendo



No Programa Geral definem-se necessidades, orientações, espaços-tipo, condicionalismos de zonamentos, e todo o conjunto de dados necessários à subsequente expressão gráfica no Plano Geral do conjunto de requisitos a que obedecerão as

instalações e que permitirão executar os Projectos das Instalações,

Optou a UM pela elaboração em primeiro lugar do Programa e Plano Geral que para além do equacionamento arquitectónico dos problemas, implicam todo um planeamento científico-pedagógico e uma definição clara de objectivos a atingir. Dessejavelmente o Plano Geral deve conter implícita ou explicitamente as orientações globais da Universidade em todas as direcções envolvidas (estrutura organizativa, pedagógica, científica, de serviço) mantendo, embora, um grau de flexibilidade consentâneo com a evolução natural de toda a problemática envolvida.

Para elaboração em conjunto com a UM do Programa e Plano Geral foi contratado após concurso público o gabinete APR - Ateliers de Projectistas Reunidos. A nível interno e na dependência da Comissão Instaladora foi entretanto criado o GEID - Gabinete Executivo das Instalações Definitivas com o objectivo de acompanhar e coordenar as actividades referentes a Instalações Definitivas.

Conta-se ter o Plano Geral concluído no início de 1979, e abrindo-se os primeiros concursos de projecto ainda nesse ano.

Admitindo a conclusão dos Projectos em 1980, estar-se-ia em condições de lançar as primeiras empreitadas em 1981. A cumprirem-se estes prazos a UM poderia ter as primeiras instalações definitivas operacionais por volta de 1983 ano em que, como se referiu, se verificará a saturação total das actuais instalações.

2.2.3 MEIOS HUMANOS E SUA PROBLEMÁTICA

A viabilização do desenvolvimento da UM não tem apenas barreiras referentes a instalações, mas igualmente estrangulamentos potenciais no campo do seu apetrechamento, nomeadamente em meios humanos. Com efeito, tendo beneficiado do influxo de docentes qualificados provenientes das Universidades das ex-colónias, a UM pôde arrancar com uma razão doutorados/não-doutorados favorável em relação à maioria das escolas portuguesas (ainda que muito longe das metas adequadas neste domínio). Este fenómeno conjuntural que possibilitou realmente o arranque dos Novos Estabelecimentos de Ensino Superior trouxe porém a sensação irrealista de que as Novas Universidades conseguiriam resolver o seu problema de quadros com facilidade. Nada mais erróneo. As Universidades Novas da periferia terão com efeito dificuldades enormes neste domínio pois não dispoem na maioria das áreas disciplinares, de infraestruturas que possibilitem a autoformação de quadros especializados (ao contrário dos grandes centros onde as Universidades têm indo acumulando infraestruturas e onde se encontram Institutos e Organismos supletivos e complementares em termos de investigação) ver-se-ão limitadas, para efeitos de formação de pessoal, às bolsas que os organismos habituais eventualmente lhes concedam e às duas ou três bolsas que a Universidade de "per si".

venha a conseguir.

Por outras palavras, face ao quadro actual da situação, é impensável admitir que um número superior a 4-5 bolseiros possa vir a ser conseguido. Por outro lado as condições oferecidas pelas Universidades da Periferia são menos atraentes que a dos grandes centros, não só pelas razões genéricas que tendem a criar uma atitude centrípeta relativamente às grandes urbes, mas também porque do ponto de vista científico são de esperar lacunas graves de equipamento e bibliografia nas universidades periféricas.

Acresce ainda que numa Universidade Nova os docentes tendem a ser apreciavelmente absorvidos em tarefas de planeamento e implantação de infraestruturas com o inevitável decréscimo de produção de artigos científicos. Ora, como a "pedra de toque" para a promoção académica continua eivada do conceito de que as tarefas de planeamento e gestão pedagógico-científica universitária são menos importantes que o volume de textos científicos produzidos, resulta que tende a encontrar-se uma resistência crescente à aceitação de tarefas de instalação/planeamento/gestão que tem forçosamente que ter lugar nas novas Universidades (e muito bom seria que houvesse nas universidades tradicionais,..)

Vê-se assim com alguma apreensão a não concessão de atractivos que por um lado aliciem os bons elementos a integrar uma Universidade periférica e que simultaneamente fixem a estas o pessoal docente qualificado que entretanto conseguiram (conjunturalmente, repita-se) reunir.

2.2.4 ALAVANCAS LOCAIS DO DESENVOLVIMENTO

Resta por último analisar a situação da UM enquanto Universidade do Minho e da sua dependência deste factor.

Aqui entram em jogo as políticas desenvolvimentistas da região a que a UM terá de estar atenta e ligada e a vontade efectiva da Comunidade local em projectar a Universidade para a vanguarda das instituições congêneres. A este respeito porém, valerá a pena dizer pouco porque significa muito:- A UM conta principalmente com a Comunidade como seu suporte para mais largos voos porque os indícios e actos de apoio à Instituição têm vindo em crescendo quer dos poderes públicos quer privados.